

O Relato de Experiência Profissional e sua Veiculação na Ciência Psicológica

The Professional Experience Report and its publicize in Psychological Science

Luana Rodrigues de Oliveira Tosta (UFTM)¹

Thaysa Brinck Fernandes Silva (USP)²

Fabio Scorsolini-Comin (UFTM)³

Resumo: Os relatos de experiência profissional constituem uma categoria importante na construção de saberes teóricos e, sobretudo, práticos, para a atuação em uma determinada área do conhecimento. O objetivo deste estudo documental foi sistematizar a definição do relato de experiência profissional e seus principais elementos, bem como discutir a sua veiculação nos periódicos científicos nacionais da área de Psicologia em termos de escopo, características, formatos e contribuições. O corpus foi construído a partir das definições de relato de experiência disponíveis em 48 periódicos científicos nacionais da área de Psicologia, disponíveis nos estratos A1, A2, B1 e B2 do Qualis CAPES. Os resultados indicaram definições superficiais sobre a realização e estruturação de um relato de experiência, frequentemente confundido com estudo de caso. Notou-se a relevância de problematizar os aspectos das práticas que têm sido realizadas e, muitas vezes reproduzidas, de modo a gerar reflexões acerca de seus efeitos, o que implica na necessidade de que os periódicos passem a valorizar a escrita desses relatos como produções essenciais para o diálogo com atuações e contextos em movimento.

Palavras-chave: Atuação do psicólogo; Relação teoria-prática; Pesquisa científica.

Abstract: The professional experience reports are a major category in the theoretical knowledge construction and especially practical for acting in a specific knowledge area. This documentary research aimed to systematize the definition of the professional experience report and its main elements, and discuss its publicize in national scientific journals of Psychology considering scope, features, format and contributions. The corpus was built through experience report definitions available in 48 national journals of Psychology area, available in the layers A1, A2, B1 and B2 in Qualis CAPES. Results demonstrated superficial definitions about implementation and structuring of experience report, usually confused with case study. It was noted the relevance of questioning practices aspects that have been performed, and generally reproduced, in order to produce reflections about its effects, which implies the need for the journals value of writing these reports, as essential productions for dialogue with moving performances and contexts.

Keywords: Psychological practice; Theory-practice relation; Scientific research

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM/ dez-2015). Atualmente é residente do Programa Integrado e Multiprofissional em Saúde (RIMS) da UFTM.

E-mail: luana.ro.tosta@hotmail.com.

² Doutoranda na área de Saúde Mental pelo Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo - USP.

³ Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFTM (PPGP-UFTM)

Introdução

Embora a profissão do psicólogo tenha sido regulamentada há pouco mais de 50 anos no contexto brasileiro, em 1962, ainda podemos considerar a Psicologia como ciência e profissão em franca expansão, o que vem sendo observado a partir da presença desse profissional em cenários cada vez mais diversos, pela valorização do seu saber e também pelo alcance das publicações em Psicologia diante de outras áreas do conhecimento. Esse movimento de ampliação abre caminho para reflexões acerca da formação desse profissional e de sua inserção prática em diversos contextos e equipamentos, de modo alinhado aos incrementos na produção do conhecimento científico (Bernardes, 2012; Costa, Amorim, Pessanha, & Yamamoto, 2012; Sabadini, Sampaio, & Koller, 2009; Zoltowski, Costa, Teixeira, & Koller, 2014).

A Psicologia é um campo de forte entrelaçamento entre aspectos teóricos e práticos, de modo que a modalidade interventiva ocupa um papel de destaque na proposição de diversas pesquisas, como aquelas relacionadas à avaliação de processos psicoterápicos ou mesmo de atendimentos psicológicos em diferentes contextos, por exemplo. Essa característica remonta à própria formação do profissional de Psicologia, com a necessidade de realização de estágios supervisionados que permitam ao graduando entrar em contato com o fazer prático e com as demandas que enfrentará em sua vida profissional futura (Fonseca, 2012; Scorsolini-Comin, Souza, & Santos, 2008).

A atividade prática neste campo do saber frequentemente tem fomentado o desenvolvimento de pesquisas e, conseqüentemente, a construção do conhecimento científico na ciência psicológica, de modo que torna-se muito complexo separar os conteúdos de ordem prática daqueles centralizados em construtos psicológicos considerados mais teóricos. Assim, trata-se de um campo no qual a atuação prática goza de expressivo destaque, sendo lícito afirmar que boa parte da pesquisa reali-

zada em Psicologia busca como ponto de referência a prática profissional ou mesmo tem como compromisso a discussão sobre os desdobramentos práticos daquilo que se pretende relatar (Macedo & Dimenstein, 2012). Internacionalmente, opera-se um movimento semelhante, com grande destaque à formação profissional e à veiculação de experiências e pesquisas sobre esse fazer prático, o que pode ser observado, por exemplo, no campo do aconselhamento psicológico (Beer, Spanierman, Greene, & Todd, 2012; Fouad, 2006) e na existência de periódicos voltados à veiculação de reflexões sobre a prática, treinamentos e programas interventivos (Urofsky, 2013). Esses relatos apresentam-se intimamente relacionados a atividades de pesquisa.

Uma forma de atestar o alcance das práticas profissionais em Psicologia é analisar os relatos de experiências profissionais, categoria de estudo aceita e difundida por diversos periódicos científicos. Os relatos de experiência aparecem como uma comunicação de interesse da comunidade científica, por vezes apresentando características semelhantes a outras produções, como a necessidade de conter uma introdução, a descrição da experiência e uma discussão. Também são descritos como trabalhos de observações originais devidamente discutidos e analisados, podendo descrever uma trajetória profissional e/ou de pesquisa no contexto da realização de um estudo (Krzyzanowski, Ferreira, & Medeiros, 2005; Sabadini, Sampaio, & Koller, 2009).

Neste presente estudo, os periódicos científicos foram selecionados como campo de veiculação prioritário dos relatos de experiência, haja vista a sua acessibilidade cada vez maior, bem como rigor na avaliação dessas narrativas com vistas à contribuição com a ciência psicológica (Sabadini, Sampaio, & Koller, 2009). No entanto, muitos desses relatos são apresentados em congressos científicos nacionais e até mesmo internacionais, por meio de resumos, resumos expandi-

dos e até de textos completos, sendo veiculados nos anais desses eventos (Fonseca, 2012). O acesso a esses materiais nem sempre é facilitado, o que nos permite elencar os periódicos científicos como uma base segura, confiável e validada pela comunidade acadêmica para acesso aos relatos de experiência.

Tais modelos de estudo, por vezes, são compreendidos nos periódicos com o termo relatos de casos. Relatar é um termo que se refere a uma narrativa, exposição ou descrição de fatos ou situações (Bueno, 2000), enquanto a palavra “caso” se direciona para os qualitativos “raro” ou “grave”, implicando, de forma explícita ou implícita, em originalidade e singularidade de um estudo (Leville & Dionne, 1999). Considerando o significado de tais conceitos, o relato de caso, em alguns artigos, é apresentado de forma diretamente relacionada à clínica médica, descrevendo-o como uma das possibilidades do profissional expor cientificamente seus conhecimentos e experiências, contribuindo para o progresso do conhecimento nessa área (Kienle & Kiene, 2011).

Em contrapartida, Stake (2011) descreve o relato de caso como uma narrativa própria das ciências qualitativas, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, entre elas a Psicologia. Ao analisar periódicos que admitem esse tipo de estudo para publicação, é notável que os termos relato de caso ou relato de experiência profissional são tratados, em sua maioria, com significados aproximados. Tendo em vista esse fato, o termo “profissional” se mostra um qualitativo importante para a caracterização do relato de experiência, pois indica um conhecimento particular e contextual (microanálises), enquanto a ciência tradicional costuma buscar um conhecimento passível de generalização e comparação, com base em critérios e categorizações (Stake, 2011).

Por meio de reflexões semelhantes, Bonadiman e Silva (2011) entendem que o relato de experiência “tem objetivo de dizer sobre um conhecimento obtido com a vivência e, portanto, repleto de impressões pessoais” (p. 125). Sob esse viés, destaca-se uma compreensão singular do objeto de estudo, por meio da percepção do profissional que viveu uma situação particular, o que exige certo “distanciamento” ou “suspensão” da prática, para que haja reflexão crítica sobre a própria experiência (Perrotta, 2004). A narrativa do percurso profissional deve ser a base para a produção de reflexões e problematizações ao longo do texto, pois a experiência “diz respeito à vida

presente juntamente com sua interpretação, sua significação, formando uma unidade” (Scorsolini-Comin, Nedel, & Santos, 2011, p. 155).

Analisando as políticas editoriais dos principais periódicos científicos nacionais no campo da Psicologia, nota-se que os relatos de experiência profissional parecem ocupar uma categoria secundária se comparado aos estudos empíricos, às pesquisas básicas e aplicadas, em termos de sua relevância e destaque nas políticas explicitadas por essas revistas. Além disso, ocupam essa posição secundária quando também comparados aos estudos de caráter teórico, incluindo nesse escopo as revisões narrativas e sistemáticas da literatura científica (Scorsolini-Comin, 2014).

Apesar dessa aparente relativização de sua importância no domínio científico, reconhece-se, com base em uma ainda exígua literatura, que os relatos de experiência profissional podem ser valorizados no meio acadêmico como forma de diálogo entre teoria e prática, entre saber acadêmico e saber prático, conduzindo, inclusive, a diferentes reflexões em termos não apenas de práticas que podem ser realizadas pelos profissionais, mas também de ajustes em pesquisas em andamento, em termos da consideração de elementos práticos por vezes negligenciados em algumas investigações. Muitas intervenções, por exemplo, podem ser planejadas a partir de estudos sobre o tema, mas poderiam ser enriquecidas com base em relatos de experiências já realizadas sobre a mesma temática.

A partir desse panorama e da relevância dessa categoria na construção de um saber teórico e prático em Psicologia, observa-se a ausência de diretrizes claras, padronizadas e amplamente compartilhadas acerca da delimitação desse tipo de estudo (Flick, 2009; Perrotta, 2004; Scorsolini-Comin, 2014). Esse apontamento não visa a sugerir a necessidade de sistematizar o modo como esses relatos são veiculados, o que poderia dificultar a própria expressão de algumas experiências, mas de fornecer informações para que autores e demais profissionais possam compartilhá-las com a comunidade acadêmica de modo a valorizar o processo narrado e permitir a sua adequada repercussão. A partir dessa lacuna, o objetivo deste presente estudo é sistematizar a definição do relato de experiência profissional e seus principais elementos, bem como discutir a sua veiculação nos periódicos científicos nacionais em termos de escopo, características, formatos e contribuições.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo do tipo documental, cujo corpus foi construído a partir das definições de relato de experiência disponíveis em periódicos científicos nacionais da área de Psicologia. De acordo com Leite (2008), a pesquisa documental é um tipo de pesquisa descritiva, com enfoque na coleta de dados e informações. Flick (2009) ainda ressalta que os documentos favorecem a análise de seus conteúdos, assim como de seus contextos e funções. Por meio da triagem documental, os dados são codificados e categorizados, considerando suas qualidades em função dos objetivos da pesquisa (Laville & Dionne, 1999).

Procedimento

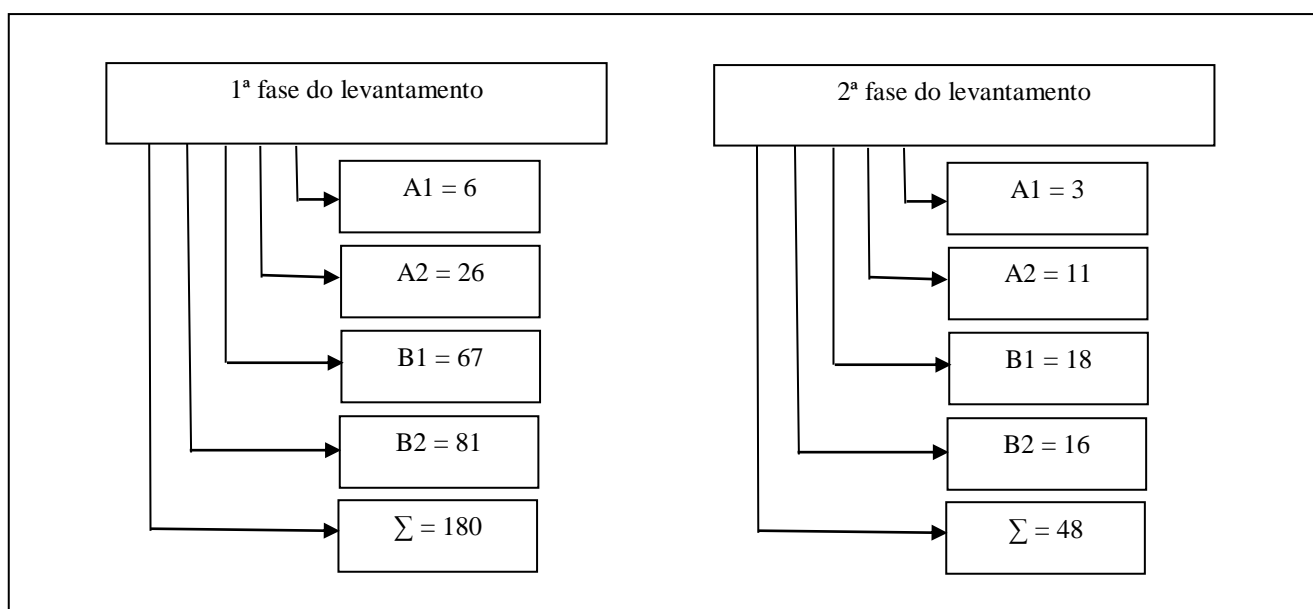
Coleta e análise de dados. Na primeira fase do estudo, foram selecionados a partir do critério do WebQualis CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) os periódicos que se enquadravam nos estratos A1, A2, B1 e B2 na área de avaliação de Psicologia, a partir de lista atualizada no segundo semestre de 2015. Esse critério foi criado para atender à necessidade de avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação brasileiros e contém apenas títulos que foram informados como sendo aqueles nos quais foram publicadas produções oriundas de programas de pós-graduação (Santeiro, Souza, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015). A avaliação do Qualis CAPES atribui a cada periódico indexa-

do uma avaliação a partir do preenchimento de diferentes características, como determinada revista estar indexada em uma base de dados de reconhecida política editorial, o que garante uma valoração qualitativa superior em relação ao periódico que não se encontra indexado nessa mesma base. O critério Qualis CAPES classifica os periódicos por área de conhecimento, nos seguintes estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Periódicos com Qualis A1 gozam de uma avaliação qualitativa superior em relação às revistas C, consideradas locais e, portanto, de baixo impacto na comunidade científica nacional e internacional. Como forma de analisar apenas os periódicos com seletiva política editorial e considerados de maior qualidade pela comunidade científica, foram escolhidos apenas revistas classificadas como A1, A2, B1 e B2.

Posteriormente, foram visitados os sítios eletrônicos de todos os periódicos selecionados para a busca acerca da aceitação ou não do relato de experiência profissional como categoria de submissão do manuscrito. Foram analisados os escopos dos periódicos, suas linhas editoriais e as categorias de trabalhos aceitos para submissão. Por meio desse processo, foram analisados, no total, 180 periódicos, dos quais 108 não aceitavam ou não mencionavam a publicação do relato de experiência ou relato de caso, sendo estes referentes a três periódicos no estrato A1, 11 na categoria A2, 42 no estrato B1 e 52 na categoria B2.

Nessa primeira etapa, foram selecionados, portanto, apenas os periódicos que mencionavam aceitar e apresentavam definição de relatos de experiência profissional ou relatos de práticas e de

Figura 1 - Quantidade de periódicos analisados em cada fase do processo de levantamento.



casos. Com base nessa busca, 48 periódicos aceitavam e definiam o relato de experiência ou relato de caso em suas orientações/instruções para os autores nos sítios eletrônicos de suas revistas. Desse total, foram encontrados três periódicos na categoria A1, 11 no estrato A2, 18 na categoria B1 e 16 no estrato B2. Ainda foram encontrados periódicos que apenas mencionavam aceitar a publicação de relatos de experiência ou de caso, porém sem defini-los, sendo eles quatro na categoria A2, sete no estrato B1 e 13 na categoria B2, de modo que nenhum periódico no estrato A1 foi observado nessa fase. Portanto, os periódicos selecionados para a análise deste estudo foram apenas aqueles que mencionaram a aceitação e apresentaram uma definição, em suas normas para publicações, dos estudos caracterizados como relato de experiência e/ou de caso. O fluxograma que representa esse procedimento está disponível na Figura 1.

Na próxima etapa da coleta, esses 48 periódicos foram analisados em termos das descrições de relato de experiências trazidas em suas políticas editoriais. As descrições disponíveis nos sítios eletrônicos dos periódicos foram sumarizadas em uma tabela e analisadas tendo como base as definições disponíveis em manuais de metodologia científica e em artigos de relatos já publicados por esses mesmos periódicos (Creswell, 2010; Perrotta, 2004; Sabadini, Sampaio, & Koller, 2009; Scorsolini-Comin, 2014; Stake, 2011; Yin, 2010). Foram analisados, ainda, os principais formatos de relato indicados pelos periódicos, a fim de sumarizar as principais características desses estudos em termos de escopo, extensão, seções e características que distinguem essas produções de outras veiculadas, como relatos de pesquisas, estudos documentais e revisões de literatura científica.

Resultados e Discussão

A partir do processo analítico apresentado no Método, os resultados foram subdivididos em duas partes: (a) Relatos, casos e experiências: panorama de uma categoria de produção, em que é apresentado o perfil das definições encontradas nos periódicos; e (b) Critérios para a construção e veiculação dos relatos de experiência, na qual são apresentadas as principais características dos relatos de experiência e a discussão das balizas necessárias ao desenvolvimento dessas propostas.

Relatos, casos e experiências: panorama de uma categoria de produção

A partir da análise das delimitações conceituais trazidas pelos periódicos acerca do relato de experiência profissional, pode-se perceber que não há um consenso, embora sejam semelhantes alguns traços que se referem a essa categoria em termos de descrição e reflexão acerca de uma determinada atividade prática de relevância para o campo do saber. Algumas revistas apresentam os relatos de experiência profissional como sinônimos de relatos de casos. As nomenclaturas encontradas nesses periódicos foram, com os respectivos exemplos: relato de experiência (Revista Eletrônica de Educação), relato de experiência profissional (Revista Brasileira de Terapias Cognitivas), relato de prática profissional (Estudos Interdisciplinares em Psicologia), relato de prática (Textos e Contextos), depoimentos de experiência profissional (Subjetividades), relato de caso clínico (Revista CEFAC), relato de caso (Revista Brasileira de Psicoterapia), casos de ensino (REAd. Revista Eletrônica de Administração) e relatos e séries de casos (Jornal Brasileiro de Psiquiatria).

O número de revistas nacionais que aceita o relato de experiência para publicação e que define esse tipo de estudo de acordo com suas normas é reduzido ($N = 48$), tendo em vista os periódicos com os qualis específicos analisados neste estudo (180 periódicos de qualis A1, A2, B1 e B2). Assim, apenas 26,7% dos periódicos melhor avaliados e com política editorial mais seletiva aceitam essas contribuições, o que pode denotar certa desvalorização dessas revistas em relação aos relatos de experiência profissional, o que pode ser relacionado ao desafio que constitui a tentativa de construir uma composição orgânica entre teoria e prática, principalmente quando o autor é o seu próprio leitor (Perrotta, 2004).

Pode-se acrescentar a isso o fato de que esses relatos oferecem poucas evidências para a prática, uma vez que se baseiam em descrições de contextos ou atuações que podem ser consideradas muito pontuais, locais e específicas, com menor possibilidade de serem incorporadas às práticas em pesquisa já existentes. O conceito de evidências para a saúde ou de prática baseada em evidências (PBE) é uma abordagem que combina ferramentas da epidemiologia, da estatística e da metodologia científica, o que vem ganhando destaque como forma de avaliar o impacto de determinados conhecimentos e intervenções, notada-

mente no campo da saúde (Melnyk, 2003). No entanto, essas preocupações não fazem parte do rol de variáveis a serem controladas ou sistematizadas em um relato de experiência profissional, cujo foco recai sobre a qualidade da experiência, da atuação que pretende ser relatada e problematizada. Como não se alinham a esse paradigma de busca pelas melhores evidências, esses relatos tendem a alcançar um impacto reduzido, diminuindo sua presença em periódicos internacionais e mesmo em veículos nacionais em busca de internacionalização.

Há que se considerar que a escrita dos relatos de experiência ainda se insere em um contexto indefinido e até mesmo contraditório. Nota-se que, ao mesmo tempo em que sua estruturação é compreendida como desafiadora, no que tange ao distanciamento necessário do autor para analisar sua própria experiência com criticidade, os periódicos definem de forma superficial o que entedem e o que esperam de um relato de experiência, de acordo com as normas estipuladas em seus sítios eletrônicos. Desse modo, o autor pode se deparar com a possibilidade de publicar um trabalho relacionado a uma experiência profissional relevante, porém sem encontrar suportes técnicos e metodológicos referentes à estruturação específica das revistas de seu interesse.

Ainda sobre a estruturação desses estudos, Perrotta (2004) defende que a escrita dos relatos permite a liberdade de expor os resultados e análises a critério do autor, de modo que a estrutura do texto reflete suas características pessoais. No entanto, neste presente estudo de levantamento, foi percebida a carência de definições claras e objetivas sobre tal estruturação nas bases das revistas consultadas, já que se entende que um direcionamento básico na escrita é necessário para a construção de um trabalho. Como exemplo, foram encontrados 24 periódicos que apenas mencionavam a aceitação desses estudos para publicação, sem no entanto defini-los, enquanto muitos dos que definiram o relato de caso ou experiência apresentaram uma descrição superficial ou vaga do assunto – fato que se mostrou significativo e que pode influenciar a qualidade dos estudos submetidos a esses periódicos.

Com base nas definições encontradas, percebeu-se que muitas delas foram direcionadas de acordo com a área de abrangência a qual se referiam. Tendo em vista as afirmações de Stake (2011), o termo “profissional” que se refere ao relato de experiência indica que há ligação e ten-

dência entre a definição desse tipo de estudos com as áreas profissionais a qual se direcionam. Por exemplo, a Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental (qualis A2) valoriza artigos e ensaios resultantes de pesquisas utilizando o método clínico, baseado em “relato de caso contendo questão obscura e enigmática a ser investigada”, dentro do escopo principal da revista, que é a psicopatologia.

O Jornal Brasileiro de Psiquiatria (qualis B1), por sua vez, aceita relatos e séries de casos. Esses estudos, segundo definição da revista, devem descrever casos clínicos e estratégias de tratamento particularmente interessantes para pesquisadores e clínicos, respeitando o caráter de originalidade. O periódico explicita um exemplo de caso original que pode ser relevante para sua veiculação: “apresentação incomum de um transtorno conhecido, um tratamento inovador ou um efeito adverso claramente relacionado a uma medicação específica, que nunca havia sido relatado”. A Revista CEFAC (qualis B1) aceita relatos de casos clínicos, definidos pelo periódico como “raros ou não comuns, particularmente interessantes ou que tragam novos conhecimentos e técnicas de tratamento ou reflexões. Devem ser originais e inéditos”. Descrições semelhantes são trazidas pela Revista Paulista de Pediatria, Acta Fisiátrica e Ciência & Saúde, periódicos vinculados primariamente às áreas médicas e com maior frequência de relatos de casos clínicos, definidos por critérios de originalidade, raridade, com tratamentos novos, inovadores, bem como efeitos incomuns, entre outras particularidades importantes no estudos de doenças e quadros clínicos complexos.

Uma observação pertinente nos dados documentais encontrados e sistematizados foi que as definições mais completas dos relatos foram das revistas que os classificaram como “casos de ensino”. Embora o termo se diferencie do relato de caso ou experiência, suas características se aproximam e, por isso, tais definições foram incorporadas neste estudo. Nesse sentido, as revistas que os abordam são a REAd. Revista Eletronica de Administração (qualis B1) e a Revista Organizações em Contexto (qualis B2), que apresentam estrutura detalhada e aprofundada dos requisitos e orientações aos autores para submissão desses trabalhos. Uma das características elucidadas pela REAd foi a importância de que o texto apresente suspense em sua escrita, de modo a estimular a projeção do leitor na história, como protagonista. De acordo com o Yin (2010), os casos de ensino

têm função didática, pois favorecem espaços de discussão entre alunos e profissionais acerca de seu campo de atuação.

Vale destacar que, em termos dos formatos dos relatos de caso, há um consenso de que sua extensão deve ser menor do que um estudo empírico original ou um relato de pesquisa. Em termos das orientações para esses estudos, algumas revistas trazem informações mais precisas, como no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* (qualis B1), que afirma que tais relatos “devem trazer uma descrição cronológica detalhada dos casos, destacando sua relevância e originalidade. Os autores devem fornecer uma extensiva revisão da literatura sobre os aspectos clínicos e terapêuticos do tópico relatado, comparando-o com casos similares descritos na literatura científica internacional”. Ao mesmo tempo, a única que revista que destacou a importância dos relatos favorecerem discussão multiprofissional referente ao campo específico do estudo foi a *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia* (qualis B2).

Além disso, foi notável que a maioria das revistas descreveu o relato de experiência ou caso como um estudo de caso. Essa definição precisa ser problematizada, pois, embora seja realizado estudo de um ou vários casos na análise de um relato de experiência, este se diferencia do método de pesquisa do estudo de caso. Tal diferenciação é importante, a fim de evitar confusões, além de especificar melhor as características individuais de cada estudo. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é usado como método de pesquisa, o que implica em uma investigação que deve ser amparada em um plano ou projeto de pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa não pode ser realizada sem o parecer e aprovação, no que se refere aos requisitos éticos da pesquisa com seres humanos. Além disso, esse modelo de pesquisa não se restringe ao método qualitativo e pode abranger diversas fontes de evidência, envolvendo processos de coleta de dados que podem não ser rotineiros. O foco de um estudo de caso, portanto, pode ser um indivíduo, grupo social específico, comunidade ou organização, desde que a finalidade seja analisar de forma intensa uma unidade social (Leite, 2008).

Por meio desses argumentos, ressalta-se a importância da escrita coerente e consistente a respeito da prática em um relato, como meio de manter boa comunicação com o leitor. Nesse aspecto, estudos baseados na experiência profissional têm o objetivo de valorizar a pessoa que vivenciou a prática profissional, assim como seus

participantes envolvidos no processo. O estudo deve ser, portanto, marcado pela riqueza e diversidade da subjetividade humana, de modo que, ao se basear nessa perspectiva, é incoerente considerar objetividade ou neutralidade em um estudo construído nesse formato (Perrotta, 2004). Ainda, não basta que o relato descreva uma dada situação, mas que também possa oferecer elementos para a sua compreensão, o seu aprofundamento e a sua interpretação.

Em paralelo com o relato de experiência, entende-se que não há a necessidade de um projeto anterior à realização da escrita do texto, haja vista que este se refere à análise de uma experiência prática, que compõe a rotina profissional de determinada área. Os preceitos éticos, portanto, devem ser evidenciados ao longo da prática profissional, que deve ter sido realizada com responsabilidade, além do respeito a questões como o sigilo e o anonimato dos participantes. Além disso, como foi evidenciado na descrição dos diversos periódicos, é fundamental a apresentação dos termos de consentimento livres e esclarecidos (TCLE), que devem ser assinados pelos sujeitos que compuseram e participaram da experiência prática e que serão protagonistas no texto do relato.

Segundo Laville e Dionne (1999), a realização das pesquisas tradicionais (incluindo o estudo de caso) exige preparação de estratégias para inserção na prática e para a coleta de dados, enquanto no relato de experiência é necessário escolher um viés teórico para analisar a experiência que já foi realizada, pois ela pode ser descrita e compreendida por meio de diferentes ângulos e perspectivas. Com base nas diferenças elucidadas entre os estudos de caso e os relatos de experiências, Yin (2010) acrescenta características que se aproximam do que é esperado na realização de ambos: “as demandas de um estudo de caso sobre seu intelecto, seu ego e suas emoções são muito maiores do que as de qualquer outro método de pesquisa” (p. 94).

Tal afirmativa revela um desafio na escrita do relato de caso que, segundo Perrotta (2004), equivale a um texto escrito em primeira pessoa que apresente uma busca pessoal do autor em sua profissão, ao mesmo tempo em que precisa referenciar o trabalho de outros autores, a fim de analisar criticamente sua própria vivência. Nesse sentido, a realização de um relato não implica em neutralidade e objetividade, pois o autor está diretamente envolvido em seu texto, ao mesmo tempo

em que há liberdade na organização dos resultados e da análise. Entretanto, essas características devem ser acompanhadas de grande cuidado na escrita, pois o autor se depara com a responsabilidade de expor sua atuação para a comunidade acadêmica.

Crítérios para a construção e veiculação dos relatos de experiência

Como destacado anteriormente, cada revista adota uma determinada descrição do que compreende pela categoria de relato de experiência profissional, ao mesmo tempo que nem todo periódico científico aceita a submissão e consequente veiculação de estudos desse tipo justamente por serem considerados estudos “menos rigorosos” ou que não poderiam ser avaliados a partir do mesmo critério empregado na análise de um uma pesquisa básica ou aplicada, por exemplo. Quais os critérios para se analisar um relato de experiência? Essa é uma questão de difícil resposta, uma vez que nem mesmo os periódicos que aceitam tal categoria explicitam com clareza os parâmetros para tal avaliação. Por vezes, o relato de experiência profissional é compreendido como uma análise particular, um registro de cunho pessoal acerca de determinada vivência, aberto à influência da subjetividade do autor-experienciador, com reduzido alcance em termos de ressonância para a pesquisa na área ou mesmo de evidências para a prática. A ausência dessa sistematização, embora abra caminho para inovações em termos de escrita e formatos, acaba por promover uma vasta gama de registros que podem ser considerados relatos de experiências, dificultando uma maior organização – e consequente contribuição – em torno desses estudos.

A partir das descrições trazidas pelos periódicos foi construída uma tabela que sumariza as principais informações que devem estar contidas em um relato de experiência profissional ou as características principais dessas produções. Esta tabela foi organizada segundo as características explicitadas nas políticas editoriais dos periódicos, ou seja, recupera elementos disponíveis no conjunto do *corpus* analisado no presente estudo. Há que se compreender que os periódicos analisados podem trazer uma ou mais características das que serão aqui explicitadas, mas nenhuma descrição encontrada sumarizou todos esses elementos.

Como pode ser observado na Tabela 1, foram listados sete características principais do rela-

tos de experiência profissional, a saber: (1) Experiências acadêmicas, assistenciais e de extensão; (2) Aspectos éticos; (3) Reflexão e criticidade; (4) Aspectos metodológicos e de organização do relato; (5) Evidências e subsídios para práticas e pesquisas; (6) Relevância científica e social, inovação; (7) Avaliação de eficácia, dos resultados da experiência ou das implicações da mesma. Os periódicos analisados ($N = 48$) enfatizam determinados aspectos dessa lista, como podemos observar em algumas descrições a seguir.

A Estudos de Psicologia (Natal) (qualis A1) apresenta a necessidade de “incluir a ilustração do problema, indicar formas para resolvê-lo, ou lançar luz quanto à necessidade de pesquisas, aplicações clínicas ou assuntos teóricos. Na construção do manuscrito, os autores devem considerar atentamente o equilíbrio entre oferecer um material ilustrativo e respeitar o uso de material confidencial”. Assim, podemos depreender a preocupação dos editores com os aspectos éticos (2), a reflexão e a criticidade (3), bem como de subsídios para a prática (4) no endereçamento dos relatos de experiência profissional.

A revista Psicologia: Ciência e Profissão (qualis A2) traz a seguinte descrição: “relatos de experiência relacionados à intervenção profissional, de interesse e relevância científica e social para as diferentes áreas do conhecimento psicológico, e que demonstrem contribuições para a melhoria de práticas profissionais em Psicologia. É necessário conter: resumo, introdução, método, resultados, discussão e conclusão ou considerações finais e referências”. Podemos perceber, entre outros elementos, a preocupação com os aspectos metodológicos e de organização do texto (4), bem como a necessidade de relevância científica e social (6). A ênfase em determinados aspectos também se alinha ao próprio escopo do periódico. Ainda de acordo com este mesmo periódico em apreço, claramente voltado à veiculação de estudos que destaquem a Psicologia como ciência e profissão, ou seja, como conhecimento teórico e prático, reconhece-se uma descrição mais social, voltada à atuação e não a uma mera narrativa organizada metodologicamente, o que poderia ser suficiente em outro periódico.

Assim, pode-se considerar que as descrições de categorias de estudos aceitos para publicação ultrapassam os limites presentes em manuais de publicação e de metodologia (Creswell, 2010; Krzyzanowski, Ferreira, & Medeiros, 2005; Sabadini, Sampaio, & Koller, 2009; Scorsolini-

Tabela 1 - Características principais dos relatos de experiência profissional, segundo análise dos periódicos Qualis A1, A2, B1 e B2 da Psicologia

| Característica | Definição | Exemplos de periódicos que destacam essa característica |
|---|--|---|
| Experiências acadêmicas, assistenciais e de extensão. | O relato de experiência profissional deve descrever uma intervenção, uma atuação, não necessariamente vinculada a uma pesquisa planejada. | Saúde em Debate |
| Aspectos éticos. | Aprovação em comitê de ética, respeito pelo sigilo e anonimato dos participantes. | Estudos de Psicologia (Natal) |
| Reflexão e criticidade. | A experiência não pode apenas ser narrada, mas compreendida de modo crítico, baseada em referencial teórico. | Psicologia em Estudo (Maringá) |
| Aspectos metodológicos e de organização do relato. | O relato deve estar organizado em introdução, objetivo, método, resultados, discussão e conclusão. Todos os procedimentos metodológicos devem estar minuciosamente descritos. | Psicologia: Teoria e Prática (São Paulo) |
| Evidências e subsídios para práticas e pesquisas. | A experiência deve proporcionar elementos que possam ser disparadores de métodos, práticas e reflexões em termos de pesquisas e intervenções vindouras. Esses elementos devem estar claros ou ser evidenciados no relato. | Arquivos Brasileiros de Psicologia |
| Relevância científica e social, inovação. | O relato deve estar relacionado a alguma questão de pesquisa ou de relevância social, a fim de que a descrição não seja apenas um registro, mas que possa dialogar com o rol de pesquisas e práticas já divulgadas. Práticas inovadoras são desejáveis, a fim de não replicar propostas já conhecidas e relatadas anteriormente. | Psicologia: Ciência e Profissão |
| Avaliação de eficácia, dos resultados da experiência ou das implicações da mesma. | A experiência não pode apenas ser narrada, mas deve ser avaliada, ainda que tal avaliação não necessite ser sistematizada. Nessa avaliação podem estar contidas recomendações para a prática e para intervenções vindouras, haja vista que nem sempre é possível avaliar a eficácia de uma intervenção em particular, como no caso de estágios supervisionados, por exemplo. Apesar disso, as políticas editoriais recomendam a preocupação dos autores com esse processo avaliativo, a fim de atribuir maior credibilidade ao relato. | Psicologia: Teoria e Pesquisa (Brasília) |

Comin, 2014), incorporando “tons” ou indicativos que se alinham às políticas editoriais mais amplas de cada periódico, relacionado também à área do conhecimento em que se situa a revista. Assim, a análise neste estudo trata de periódicos avaliados na área de Psicologia, a maioria proveniente dessa mesma matriz de conhecimento, o que se traduz na valorização da atuação profissional como *locus* de pesquisa, intervenção e compreensão do próprio fazer profissional (Costa et al., 2012; Yamamoto & Amorim, 2010).

Obviamente que essa consideração torna ainda mais complexa a tarefa de delimitar, de fato,

o que vem a ser um relato de experiência profissional e quiçá, avaliar a sua qualidade a partir de um crivo comum ou de uma mesma métrica, o que seria fundamental para estabelecer comparações, assim como desenvolvido em pesquisas com outras categorias de estudos, a exemplo das revisões de literatura (Zoltowski et al., 2014). A partir desses achados, pode-se considerar a necessidade de que, juntamente com os critérios delimitados a partir da análise do presente *corpus* (aqui denominadas como as sete características principais), acrescente-se, complementarmente, a análise do escopo da revista e de sua política editorial, a fim

de elencar especificidades, interesses e possíveis alinhamentos teóricos envolvidos na delimitação de uma experiência ou no caráter original, inovador ou “publicável” de um relato.

Essas sete características descritas na Tabela 1 nos conduzem a diferentes questionamentos. O primeiro deles refere-se à necessidade de avaliar se aquela experiência, tal como descrita pelos autores, deve ser divulgada ou compartilhada em uma revista de seletiva política editorial (Sabadini, Sampaio, & Koller, 2009; Scorsolini-Comin, 2014). Então, torna-se lícito questionar: qual o critério para a sua veiculação? Quais os parâmetros qualitativos de uma produção dessa categoria? Como analisar se um relato possui qualidade e envergadura científica? Como avaliar se a experiência narrada pode ser deflagradora de reflexos e disparadora de novas práticas ou de revisões na atuação em um dado contexto? Embora seja complexo responder a essas questões, pode-se afirmar que o relato de experiência deve conservar a capacidade de trazer à baila uma questão da prática ou do manejo clínico que seja de interesse da comunidade científica, a fim de que possa contribuir com diretrizes e expertise para novas experiências, em contextos semelhantes ou mesmo em cenários diversos.

Um segundo questionamento é o que analisa o caráter científico do relato, ou seja, se o mesmo respeitou, pelo menos na concepção da experiência que se pretende narrar, algum procedimento metodológico com rigor científico. O relato não pode ser apenas uma compilação de percepções dos autores acerca de determinada prática, nem mesmo uma mera descrição do que ocorreu em determinado contexto de atuação, mas justamente oferecer uma reflexão crítica e cientificamente embasada que possibilite que tal experiência não ocupe simplesmente a categoria de algo que deve ser relatado, descrito, mas também discutido e com potencialidade para disparar reflexões e novos posicionamentos.

Desse modo, os relatos também precisam dialogar com a literatura científica da área, de modo que as “evidências” narradas possam ser compreendidas à luz do conhecimento produzido, possivelmente disparando outras práticas e formas de atuação. As descrições apresentadas pelos periódicos, embora possam ser consideradas incompletas se analisarmos o conjunto de diretrizes aqui explicitadas, destacam a necessidade dessa reflexão crítica sobre a prática que se deseja narrar, indicando que a categoria de relato não é mera-

mente descritiva, mas envolve competências do pesquisador e/ou do profissional para além da mera comunicação de um fato, processo ou atuação. Envolve também a discussão sobre implicações, limitações, desdobramentos e inovações que podem ser disparadas a partir da narrativa apresentada, em consonância com diretrizes sobre publicação veiculadas na área da Psicologia (Sabadini, Sampaio, & Koller, 2009; Scorsolini-Comin, 2014).

Considerações Finais

O objetivo deste estudo envolveu sistematizar a definição do relato de experiência profissional e seus principais elementos, bem como discutir a sua veiculação nos periódicos científicos nacionais em termos de escopo, características, formatos e contribuições. Percebeu-se dificuldade na esquematização dos dados, devido, principalmente, à qualidade das definições dos relatos de experiência ou caso encontrados nos periódicos pesquisados. Tais deficiências dificultaram a análise e discussão dos resultados, haja vista que as definições na maioria das revistas foram apresentadas de forma simplista – empecilho acompanhado da escassez de literatura científica que discutisse a realização de um relato de experiência.

Nesse sentido, entende-se que o empobrecimento das definições acerca dos relatos nos respectivos periódicos pode dificultar a própria veiculação desses mesmos estudos no meio científico. Essa situação pode resultar em um ciclo vicioso, pois as revistas se mostram rigorosas na avaliação dos relatos, ao mesmo tempo em que não especificam com clareza o que esperam receber e publicar em seus campos de pesquisa. Tal contexto pode evidenciar uma desvalorização da prática, pouco vislumbrada em função do destaque às pesquisas tradicionais – o que se mostra um paradoxo, pois os pesquisadores, antes de se dedicarem ao meio científico, são profissionais especializados em suas respectivas áreas de atuação.

Desse modo, é preciso considerar a relevância das práticas profissionais. A reponsabilidade do texto de um relato de experiência é de cunho social, pois pode viabilizar novas problematizações coletivas a partir da apresentação de experiências inovadoras que foram realizadas com resultados positivos. Ainda pode favorecer reflexões sobre experiências cotidianas, ou sobre a reprodução de atuações que têm se mostrado prejudiciais. Por isso, a escrita de relatos de experiências, assim

como pesquisas teóricas e documentais que analisem a estrutura e a veiculação desses trabalhos mostram-se importantes nesse contexto. Assim, espera-se que as características reunidas e discutidas no presente estudo possam servir como um guia aos relatos vindouros, como forma de sumarizar elementos que ajudem autores a ampliar e adensar o conteúdo de suas contribuições. Movimento semelhante foi realizado com as revisões de literatura científica, cada vez mais expressivas nos

periódicos da Psicologia (Zoltowski et al., 2014). Esses elementos também podem ajudar os autores no sentido de oferecer um crivo de avaliação da experiência, a fim de decidir se a experiência ou a atuação em destaque deve ser comunicada nos moldes de um relato de experiência profissional ou não, decisão essa diretamente relacionada ao compromisso com os parâmetros éticos e sociais para a publicação científica em Psicologia.

Referências

- Beer, A. M., Spanierman, L. B., Greene, J. C., & Todd, N. R. (2012). Counseling Psychology trainees' perceptions of training and commitments to social justice. *Journal of Counseling Psychology*, 59(1), 120-133.
- Bernardes, J. S. (2012). A formação em Psicologia após 50 anos do primeiro currículo nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 216-231.
- Bonadiman, C. S. C., & Silva, M. A. (2011). Pesquisa em saúde mental: importância e experiências práticas. In S. M. Barroso (Org.), *Vivências em saúde mental: teoria, práticas e relatos* (pp. 119-133). Curitiba: Juruá.
- Bueno, S. (2000). *Mini Dicionário da Língua Brasileira*. São Paulo: FTD.
- Costa, J. P., Amorim, K. M. O., Pessanha, V. C., & Yamamoto, O. H. (2012). Quem estuda a profissão de psicólogo no Brasil?. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(2), 2-18.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, T. M. G. (2012). Arquivo e testemunho da Psicologia como Ciência e Profissão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 18-27.
- Fouad, N. A. (2006). Multicultural guidelines: Implementation in an urban Counseling Psychology program. *Professional Psychology: Research and Practice*, 37(1), 6-13.
- Kienle, G. S., & Kiene, H. (2011). Como escrever um relato de caso. *Arte Médica Ampliada*, 31(2), 34-37.
- Krzyzanowski, R. F., Ferreira, M. C. G., & Me-deiros, R. (2005). Instrumental aos autores para preparação de trabalhos científicos. In S. M. S. P. Ferreira & M. G. Targino, *Preparação de revistas científicas: teoria e prática* (pp. 55-72). São Paulo: Reichmann & Autores.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Leite, F. T. (2008). *Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa – monografias, dissertações, teses e livros*. Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). Modos de inserção dos psicólogos na saúde mental e suas implicações no comprometimento com a reforma psiquiátrica?. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 419-456.
- Melnyk, B. M. (2003). Finding and appraising systematic reviews of clinical interventions: critical skills for evidence-based practice. *Pediatric Nursing*, 29(2), 147-149.
- Perrotta, C. (2004). Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto científico. São Paulo: Martins Fontes.
- Sabadini, A. A. Z. P., Sampaio, M. I. C., & Koller, S. H. (2009). *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia / Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Santeiro, T. V., Souza, T. M. C., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, F. (2015). Produção científica sobre família e comunidade na base de dados PePSIC (2002/2012). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 307-325.

- Scorsolini-Comin, F. (2014). Guia de orientação para a iniciação científica. São Paulo: Atlas.
- Scorsolini-Comin, F., Nedel, A. Z., & Santos, M. A. (2011). De perto, de longe, de fora e de dentro. A formação do observador a partir de uma experiência com o método Bick. *Psicologia Clínica*, 23(2), 151-170.
- Scorsolini-Comin, F., Souza, L. V., & Santos, M. A. (2008). Tornar-se psicólogo: experiência de estágio de Psico-oncologia em equipe multiprofissional de saúde. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 9(2), 113-125.
- Stake, R. E. (2011). Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso.
- Urofsky, R. I. (2013). The council for accreditation of counseling and related educational programs: Promoting quality in counselor education. *Journal of Counseling & Development*, 91(1), 6-14.
- Yamamoto, O. H., & Amorim, K. M. O. (2010). Estudando a profissão de psicólogo no Brasil: introdução. In: O. H. Yamamoto & A. L. F. Costa (orgs), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 17-31), Natal: UDUFRN: Editora da UFRN.
- Yin, R. K. (2010). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de Psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104.
- FREUD, S. (2015). Dostoievski e o parricídio. In: FREUD, S. *Arte, literatura e os artistas – Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original published in 1928).

Submetido em: 18 de janeiro 2017

Aceito em: 30 de março 2017